

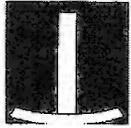
Caso se crie um embaraço intransponível, como seria a vedação de contratação com Poder Público, melhor seria decretar imediatamente a falência, o que é evidentemente pior para todos.

Ademais, é pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça -STJ, da aplicação da recuperação judicial como meio de manutenção da empresa que atravessa um período de debilidade econômica por ser de interesse público, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA. FALÊNCIA. INTERESSE PÚBLICO. DESISTÊNCIA. POSSIBILIDADE. 1. A recuperação judicial visa a continuidade de empresa em crise econômico-financeira. Tem por fonte a função social da empresa, desempenhada pela atividade produtiva, buscando-se manter empregos, sem abalos à ordem econômica. Ela pressupõe um plano de recuperação judicial, que deverá ser aprovado pelo Juiz, vinculando todos os credores; todavia, descumprindo-se as obrigações assumidas no plano, qualquer credor poderá requerer a falência. 2. Tal como é lícito a qualquer credor formular o pedido de falência, também o é desistir do pedido antes de decretada a quebra, ainda no campo da recuperação judicial, pois, enquanto perdura a recuperação judicial, os interesses prevaletentes são os privados, os interesses patrimoniais dos credores, embasados pelo interesse social de que a empresa se mantenha. 3. Recurso especial conhecido em parte e provido. (REsp 1408973/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 13/06/2014)

Não é demais lembrar que o objetivo da norma ora discutida é evitar que ocorram fraudes em que os sócios de uma empresa praticamente falida buscam angariar e obter todo tipo de benefícios para abstrair da empresa antes que ela seja extinta.

O julgado abaixo espelha com clareza que a Jurisprudência vem analisando casuisticamente e autorizando, excepcionalmente a possibilidade da contratação com o Poder Público, vejamos:



1. R\$ 19.565,94 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), R\$ 1.956,59 (mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) por mês – art. 24, caput, da Lei nº 11.101/2005;

2. R\$ 29.348,90 (vinte e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), equivalentes a 40% (quarenta por cento) dos honorários, ao final da recuperação – art. 24, § 2º c/c 154 e 155, todos da Lei nº 11.101/2005.

Do exposto:

a) oficie-se a Vara do Trabalho da Comarca de Inhumas para que proceda a suspensão de todas as ações ou execuções contra a devedora na forma do art. 6 da Lei 11.101/05, pelo prazo de 180 dias a contar da publicação da decisão (15/09/2016);

b) oficie-se a Secretaria de Saúde deste Município para que repasse os valores retidos pela Justiça do Trabalho diretamente ao Juízo da recuperação judicial;

c) **INDEFIRO** o pedido de expedição de ofício a todas as varas em que tramitam ações em desfavor das empresas em recuperação judicial.

Expeça-se ofício com cópia da decisão que autorizou o processamento da recuperação judicial para o Juízo da 1ª Vara de Menores e Cível, bem como para o Juizado Especial Cível, ambos desta Comarca, e Vara do Trabalho de Inhumas, para que tomem ciência.

Cumpridas as diligências, certifique a Escrivania o cumprimento **INTEGRAL** de todas as determinações constantes na decisão de fls. 375/82, inclusive com a





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Inhumas
2ª Vara

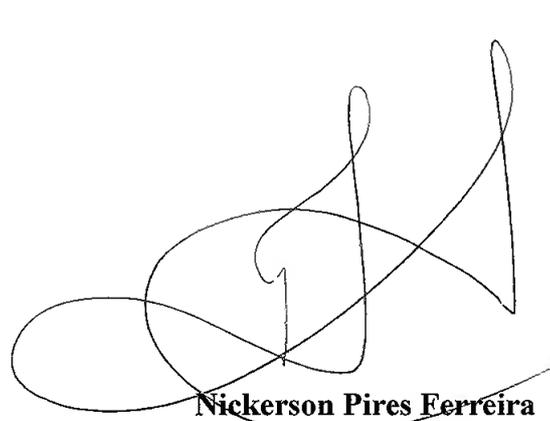


intimação do Administrador Judicial, via e-mail e telefone.

I.

Cumpra-se.

Inhumas,



17
/10
/16.

Nickerson Pires Ferreira
Juiz de Direito

